

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARCELLE PEREIRA GONÇALVES

OS EFEITOS DO SETOR PÚBLICO SOBRE A RENDA NO BRASIL

RECIFE – PE

2019

MARCELLE PEREIRA GONÇALVES

OS EFEITOS DO SETOR PÚBLICO SOBRE A RENDA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pela aluna **MARCELLE PEREIRA GONÇALVES** ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas sob a orientação do professor **DOUTOR LUIZ FLÁVIO ARREGUY MAIA FILHO**

RECIFE – PE

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

G635e Gonçalves, Marcelle Pereira
 Os efeitos do setor público sobre a renda no Brasil / Marcelle
 Pereira Gonçalves. – 2019.
 36 f. : il.

 Orientador: Luiz Flavio Arreguy Maia Filho.
 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade
 Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Economia, Recife,
 BR-PE, 2019.
 Inclui referências.

 1. Renda – Distribuição 2. Setor público 3. Incidência de
 impostos I. Maia Filho, Luiz Flavio Arreguy, orient. II. Título

CDD 330

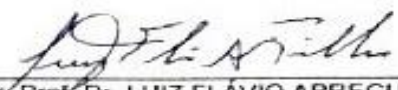
Monografia apresentada como requisito necessário para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Qualquer citação atenderá às normas da ética científica.

OS EFEITOS DO SETOR PÚBLICO SOBRE A RENDA NO BRASIL

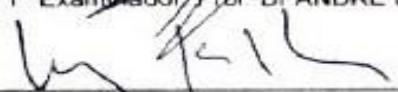
MARCELLE PEREIRA GONÇALVES

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado com nota 8,5 apresentado
em 19/07/19

BANCA EXAMINADORA


Orientador Prof. Dr. LUIZ FLÁVIO ARREGUY MAIA FILHO


1º Examinador Prof. Dr. ANDRÉ DE SOUZA MELO


2º Examinador Prof. Dr. LUIZ RODRIGUES KEHRLE

Dedico este trabalho a sociedade brasileira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por cada passo dado até aqui. Agradeço ao corpo docente da UFRPE, eles contribuíram para meu aprendizado em cada etapa da graduação, em especial quero agradecer a meu orientador pela dedicação em cada fase deste trabalho.

Agradeço a minha família que proporcionou as condições necessárias para minha formação, que me apoiou em todos os momentos.

“Economia, frequentemente, não tem relação com o total de dinheiro gasto, mas com a sabedoria empregada ao gastá-lo”

Henry Ford

RESUMO

O setor público é um ente existente em uma economia para sanar as necessidades sociais decorrentes das falhas de mercado e possui como uma de suas funções, a função distributiva. Sendo assim, este trabalho se propõe a estudar o impacto da atuação do setor público na distribuição de renda no Brasil, nos últimos anos. Para tanto, diante da complexidade desta abordagem, este trabalho revisou e comparou diferentes enfoques que permitem entender os efeitos da política fiscal sobre diferentes setores da sociedade. Nesta perspectiva, foram utilizados relatórios contábeis, pesquisas, dados e indicadores fiscais do setor público, característicos de diferentes abordagens analíticas; para realizar análises comparativas entre os efeitos sentidos por diferentes grupos/setores, considerando aspectos específicos das políticas fiscais. Observou-se na análise dos dados secundários o excesso de gastos, porém baixo impacto na distribuição de renda.

Palavras-chaves: distribuição de renda, setor público, tributação, incidência fiscal

ABSTRACT

The public sector exists to address social needs arising from market failures; in this respect, one of its functions is the distributive function. This work proposes to study the impact of the public sector's performance on the distribution of income in Brazil over recent years. In view of the complexity of this theme, one must compare different approaches to understand the effects of fiscal policy on different sectors of society. From this perspective, accounting data and public sector fiscal indicators were gathered, following from different analytical approaches. The analysis of the secondary data showed the excess of expenses, but low impact on the distribution of income.

Keywords: income redistribution, public sector, taxation, tax incidence

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Evolução do gasto social do Governo Central – Brasil – 2002 a 2015 -% PIB.....	9
Tabela 2. Gastos tributários – projeções PLOA 2018 consolidação por função orçamentária.....	12
Tabela 3 - Incidência tributária por decil de renda.....	15
Tabela 4. Índice de Gini e quantidade de pessoas em cada concepção de renda.....	16
Tabela 5. Incidência tributária por categoria de renda.....	17

LISTA DE QUADROS

Figura 1. Resultado primário do setor público – 2012 – 2016/junho -12 meses - % do PIB.....	7
Figura 2. Resultado primário do Governo Central – % do PIB.....	8
Figura 3. Diferentes concepções de renda utilizadas na metodologia CEq.....	14
Figura 4. Diferentes concepções de renda utilizadas na metodologia via microsimulação.....	19
Figura 5. Efeitos dos tributos e transferências sobre a renda dos domicílios.....	20

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CEq – Commitment to Equity

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LDO – Lei Diretrizes Orçamentárias

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

PIB – Produto Interno Bruto

RFB – Receita Federal do Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. OBJETIVO	2
3. METODOLOGIA	3
4. REFERENCIAL TEÓRICO	4
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	6
5.1. EVOLUÇÃO RECENTE DE GASTOS E RECEITAS DO SETOR PÚBLICO	6
5.2. GASTO TRIBUTÁRIO NO BRASIL	11
5.3. INCIDÊNCIA FISCAL	13
5.3.1. INCIDÊNCIA FISCAL NA METODOLOGIA CEq	13
5.3.2. INCIDÊNCIA FISCAL VIA MICROSIMULAÇÃO	18
6. SÍNTESE DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES	21

1. INTRODUÇÃO

O Brasil passou ao longo do último século por grandes mudanças na estrutura do Estado e nas formas de atuação dos governos. Partindo da Primeira República baseada no “regime político oligárquico” como caracteriza Perissinotto (1996); passando pela política nacional desenvolvimentista estabelecida na Era Vargas (MATTOS,2006) e mantida no período de Ditadura Militar, em que o Estado continuou tendo papel ativo economicamente. No entanto, nos primeiros anos após a redemocratização surgiu a tendência em favor das privatizações e contra a intervenção estatal na economia (BAER,2002). Entre 2003 e 2016, houve uma retomada de projetos governamentais voltados ao investimento público e à redução da disparidade social. (CARVALHO, 2018).

Independente da atuação do governo na Economia, o sistema tributário é a principal fonte de receita do setor público. O uso e a distribuição desse recurso podem divergir, segundo a orientação de diferentes governos; porém, a receita é sempre arrecadada dos contribuintes que, de forma direta ou indireta, constituem toda sociedade brasileira. Diante da histórica desigualdade econômica e social do Brasil, parece oportuno estudar qual o impacto da atuação do setor público para os diferentes grupos da sociedade; esta discussão ganha maior relevância em momentos que se discutem reformas estruturais, como a da Previdência Social e Tributária.

O impacto da atuação do governo no que se refere à arrecadação e à promoção de bens e serviços públicos à sociedade, a partir do estudo de relatórios contábeis e indicadores fiscais será o centro das discussões deste trabalho. Compreender os efeitos da atuação do setor público sobre a renda no Brasil parece relevante para a sociedade brasileira, devido às mudanças estruturais atuais em discussão.

2. OBJETIVO

O presente trabalho tem por objetivo identificar em que medida, diferentes setores e estratos da sociedade brasileira são beneficiados por políticas fiscais nacionais. Para isso, este trabalho se propõe aos seguintes objetivos específicos:

- (1) estudar relatórios contábeis, pesquisas, dados e indicadores fiscais do setor público, característicos de diferentes abordagens analíticas;
- (2) descrever diferentes abordagens analíticas que retratam efeitos distributivos da política fiscal;
- (3) selecionar, descrever e consolidar abordagens e os seus respectivos indicadores fiscais, capazes de revelar os principais setores beneficiados;
- (4) realizar análises comparativas entre os efeitos sentidos por diferentes grupos/setores, considerando aspectos específicos das políticas fiscais.

Tendo em vista a complexidade do tema, parece oportuna a revisão e a comparação de diferentes abordagens que permitem entender os efeitos da política fiscal sobre diferentes setores da sociedade. Assim, torna-se necessário reunir conceitos, dados e análises sobre os principais indicadores fiscais, a composição dos gastos tributários e a incidência fiscal sobre diferentes parcelas da população.

3. METODOLOGIA

O estudo propõe a coleta e análise de dados secundários, tendo como fontes principais os canais oficiais do governo federal, assim como também uma crítica qualitativa sobre os volumes de gastos públicos e seus impactos para a economia brasileira; utilizando como ferramenta a análise de documentos¹ de fontes já mencionadas.

Sendo assim, serão utilizados como método tanto a pesquisa bibliográfica para um referencial científico como também a pesquisa documental para uma comprovação histórica, seguindo a concepção de Gil (2002):

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

(GIL, p.5, 2002)

Apesar de importante a metodologia adotada, principalmente para as ciências sócias, as pesquisas bibliográficas e documentais têm suas limitações que são de amplo conhecimento, pode-se citar a dificuldade na obtenção dos dados como exemplo de limitação da pesquisa documental.

¹ Silva et al (2009) evidencia que documento é todo material utilizado como prova histórica, por excluir a intencionalidade tanto da ação estudada como da ação do pesquisador.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

A teoria do equilíbrio geral, desenvolvida por Léon Walras, registra a perfeita alocação de recursos baseada nos pressupostos da concorrência perfeita e no livre mercado, ou seja, sem a interferência do setor público na economia. (RIANI,2009). Entretanto, sabe-se que há setores que apresentam características de mercados imperfeitos, o que distancia a economia real das condições ideais estudadas na teoria do equilíbrio geral. Sendo assim, faz-se necessária a presença do Estado.

A interferência do setor público na economia é justificada pela presença das conhecidas falhas de mercado. Sendo assim, o Estado apresenta três funções: alocativa, distributiva e estabilizadora. A primeira é baseada na necessidade de o Estado fornecer bem público, uma vez que o setor privado não tem estímulo para fazê-lo. A segunda refere-se à distribuição de renda de uma forma que a sociedade considera mais justa, através de transferências, tributos e subsídios. A terceira é fundamentada na necessidade de estabilizar a economia, através de política fiscal e monetária de desequilíbrio caracterizado por altos índices de inflação e desemprego, por exemplo. (GIAMBIAGI E ALÉM, 2011).

O setor público, como mencionado acima, apresenta a política fiscal como ferramenta de controle das flutuações econômicas. Desta forma, o Estado atua ativamente na economia, incrementando a demanda agregada, como defendia Keynes, através do consumo e investimento da esfera pública e utiliza a tributação como fonte de renda para custear em partes seus gastos (HEINECK,2010). Sendo assim, entende-se que os gastos do governo são financiados pela receita pública, a qual apresenta como item de fundamental importância a arrecadação tributária (TORRES, 2011). Logo, o volume de gastos públicos depende, em maior ou menor medida, da eficiência do sistema tributário.

Giambiagi e Além (2011) apontam que o sistema tributário ideal deve ser equitativo, respeitando o princípio do benefício e da capacidade de pagamento; progressivo, visando arrecadar mais tributos dos contribuintes de alta renda; neutro, para que não haja distorções na alocação dos recursos na economia e simples, com vistas a favorecer o entendimento de todos agentes econômicos.

Entretanto, a sociedade brasileira tem a sensação de que o sistema tributário do Brasil, encontra-se muito distante do ideal; Matos (2014), em particular, aponta que o sistema tributário brasileiro amplia a desigualdade. – Ao invés de atenuá-la.

Diante da insatisfação da sociedade frente ao sistema tributário, ganha também destaque a discussão pública sobre o excesso de gastos, possivelmente ineficientes e mal direcionados. Em estudo recente, o Banco Mundial (2017) enfatiza a necessidade de um ajuste fiscal, apontando as várias distorções dos gastos públicos em diferentes aspectos – ratificando em alguma medida, por meio da análise de dados, a sensação do povo brasileiro. O estado democrático influencia positivamente os impostos diretos, por ser uma estrutura política que visa o bem-estar social (BALAMATISIAS, 2017), o que implica a cobrança da sociedade por eficiência do setor público na alocação de recursos.

Pode-se assumir que o sistema tributário apresenta correlação com o sistema de gastos públicos. No Brasil, anualmente, é aprovada no poder legislativo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte. Essa lei é integrante do ciclo de planejamento e orçamento.

O foco central da discussão do planejamento orçamentário é como alocar os recursos financeiros para atender às demandas sociais, que deveriam fundamentar as despesas públicas. Segundo Harada (2017), existem diferentes classificações de despesas públicas. Em nossa análise, o foco principal é a classificação econômica, a qual ele segmentou em dois tipos: a despesa-compra, referente a compra de produtos e serviços; e a aplicação governamental direta, realizada através do pagamento de juros, pensões, subvenções, entre outros (HARADA,2017).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O efeito do setor público sobre diferentes estratos da população é complexo e exige múltiplas abordagens. Sendo assim, este trabalho está segmentado em seções que buscam analisar diferentes abordagens da atuação do setor público.

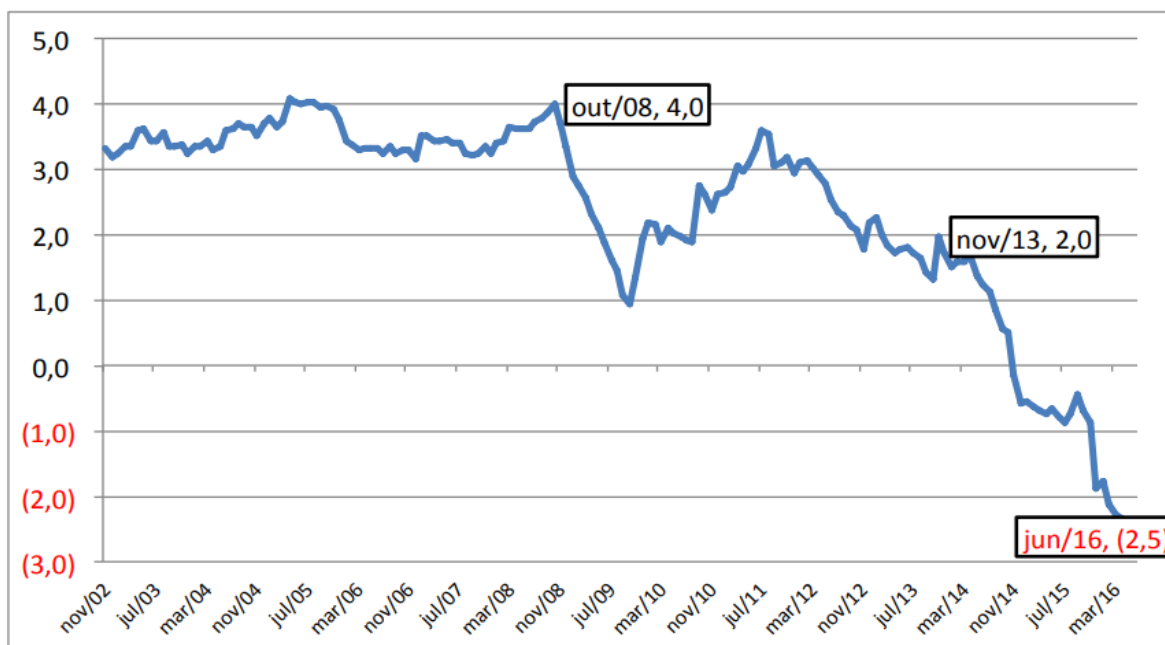
A seção 5.1 apresenta os números recentes das finanças públicas do Brasil, constituindo um quadro geral de fundo para as discussões atuais; a seção 5.2 traz uma síntese do chamado gasto tributário e a seção 5.3 sintetiza a abordagem e as evidências empíricas trazidas pela área de pesquisa denominada incidência fiscal.

5.1. EVOLUÇÃO RECENTE DE GASTOS E RECEITAS DO SETOR PÚBLICO

Sabe-se que o governo necessita arrecadar para arcar com os gastos públicos, porém a eficiência nessa transação é questionável. Para o Banco Mundial (2017), o governo brasileiro apresenta excesso de gasto evidenciado pelo desajuste fiscal crônico. Além disso, os gastos são mal geridos, pois o gerenciamento financeiro poderia melhorar a alocação do dinheiro público (BANCO MUNDIAL, 2017). Diante dessa realidade, parece plausível a defesa de uma boa gestão de gastos, antes mesmo de se argumentar a favor de uma imperativa necessidade de reduzi-los.

O Ministério da Fazenda (2016) apontou que no ano de 2015 a despesa pública do Brasil foi equivalente a 43,3% do PIB, enquanto a carga tributária representava 33,1% do PIB, revelando gastos públicos muito superiores à arrecadação tributária. De forma geral, o resultado primário do Brasil nos últimos anos é alarmante, como pode ver visto na figura 1.

Figura 1. Resultado primário do setor público – 2012 – 2016/junho -12 meses - % do PIB



Fonte: Tesouro Nacional (2016)

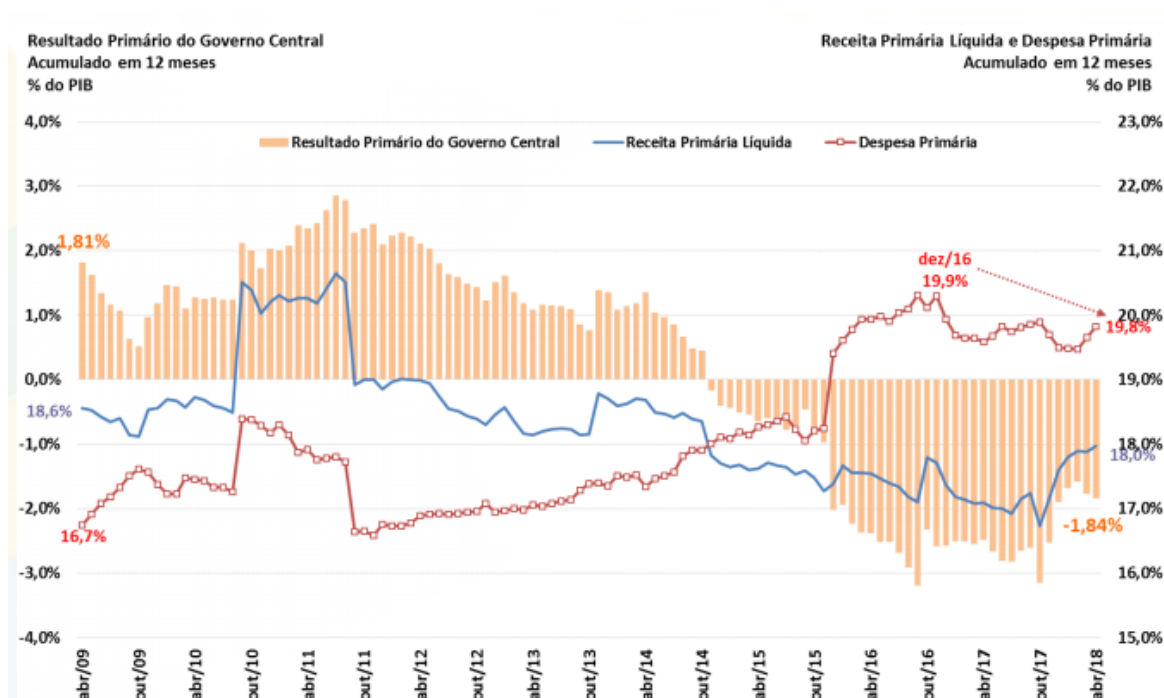
O resultado primário do setor público obtido através da subtração entre receita líquida² do Governo Central e a despesa primária³ apresentado na figura 1, em proporção do PIB para o período compreendido entre novembro de 2002 e março de 2016, reflete o ruim desempenho primário recente, decorrente de pequenas variações negativas da receita líquida e o crescente nível de despesa primária do Governo Central acarretando em resultado primário negativo a partir de 2014.

O gráfico apresentado a seguir ilustra o resultado primário decorrente da diferença entre a receita primária líquida e despesa primária do período compreendido entre abril de 2009 a abril de 2018 do Governo Central.

² Entende-se por receita líquida a diferença entre o total de impostos arrecadados e as transferências governamentais (LOPES; VASCONELOS, 2008)

³ A despesa primária equivale ao total de consumo do governo (LOPES; VASCONELOS, 2008)

Figura 2. Resultado primário do Governo Central – % do PIB



Fonte: Ministério da Fazenda (2016)

Na figura 2, é possível identificar o resultado primário decorrente das variações apresentadas na receita líquida e na despesa primária. Destaque-se o ano de 2014, quando o resultado primário passou a ser negativo, refletindo a redução da receita líquida, explicada, em certa medida, pela crise financeira recente, e o aumento da despesa primária, que apresenta uma tendência de crescimento a partir de 2011. Esses aspectos são relevantes na análise da grave crise fiscal brasileira atual.

Diante deste cenário, é aconselhável um ajuste nas contas públicas, de forma justa, sem penalizar os mais pobres, visto que, eles são muito prejudicados com a estrutura tributária vigente; nas palavras no Banco Mundial (2017):

Em outras palavras, o número de indivíduos quase pobres que são levados à pobreza moderada por pagarem mais em tributos do que recebem em benefícios é mais alto que o número de pessoas que se livram da pobreza por receberem mais em transferência do que pagam em tributos. Além do efeito prejudicial dos tributos indiretos, o fato de a pobreza não ser mais reduzida apesar dos altos gastos brasileiros com transferências diretas também se deve aos muitos vazamentos aos não pobres. (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 29)

A parcela mais pobre da sociedade brasileira além de financiar os gastos públicos através dos impostos indiretos⁴ é submetida a serviços públicos de baixa qualidade. Para Lustig (2018), o fato de a classe média e os ricos preferirem o uso de serviços privados, em oposição ao serviço público, favorece a relutância ao pagamento de impostos para melhoria e mesmo para manutenção desses serviços. Enquanto, os pobres não têm noção da parcela de sua renda destinada ao financiamento do governo (LUSTIG, 2018). Esse cenário explica o posicionamento dos não pobres na defesa dos cortes em gastos sociais, bem como a relutância dos pobres em abrir mão dos serviços gratuitos fornecidos pelo governo

Estudo recente do Tesouro Nacional (2016) aponta que os gastos sociais brasileiros evoluíram de R\$ 431 bilhões em 2002 para R\$ 1,038 trilhões ao final de 2015 – considerando os preços de dezembro de 2015.

Tabela 1 – Evolução do gasto social do Governo Central – Brasil – 2002 a 2015
- % do PIB

Categorias	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Assistência Social	0,5%	0,6%	0,8%	0,9%	1,0%	1,0%	1,0%	1,3%	1,3%	1,3%	1,4%	1,5%	1,5%	1,5%
Gasto direto	0,5%	0,5%	0,8%	0,8%	0,9%	0,9%	0,9%	1,0%	1,1%	1,0%	1,1%	1,2%	1,2%	1,2%
Gasto tributário	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
Educação e Cultura ⁽¹⁾	1,7%	1,6%	1,5%	1,6%	1,6%	1,7%	1,8%	2,0%	2,1%	2,2%	2,3%	2,3%	2,6%	2,7%
Gasto direto	1,6%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,6%	1,7%	1,8%	1,9%	2,0%	2,1%	2,1%	2,3%	2,4%
Gasto tributário	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%
Organização Agrária ⁽²⁾	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%
Gasto direto	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%
Gasto tributário	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Previdência Social	8,0%	8,2%	8,3%	8,9%	8,9%	8,6%	8,3%	8,9%	8,5%	8,4%	8,7%	8,7%	8,9%	9,3%
Gasto direto	8,0%	8,2%	8,2%	8,8%	8,7%	8,5%	8,2%	8,7%	8,4%	8,2%	8,3%	8,3%	8,6%	9,0%
Gasto tributário	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
Saneamento Básico e Habitação	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%
Gasto direto	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Gasto tributário	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saúde	1,8%	1,6%	1,8%	1,7%	1,8%	1,8%	1,8%	2,0%	1,9%	1,9%	2,0%	2,0%	2,1%	2,1%
Gasto direto	1,6%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,6%	1,6%	1,5%	1,6%	1,6%	1,7%	1,6%
Gasto tributário	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%	0,4%	0,3%	0,3%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%

⁴ Siqueira et al (2011) explica os impostos indiretos são cobrados dos produtores referentes à produção, venda, compra ou uso de bens e serviços, e são transferidos de forma pouco clara para o consumidor final.

Categorias	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Trabalho e Emprego	0,5%	0,5%	0,5%	0,6%	0,7%	0,7%	0,7%	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%	0,9%	1,4%	1,2%
Gasto direto	0,5%	0,5%	0,5%	0,6%	0,7%	0,7%	0,7%	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%	0,9%	0,9%	0,8%
Gasto tributário	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	0,4%
Total	12,8%	12,6%	13,2%	13,9%	14,2%	14,2%	14,1%	15,4%	14,9%	15,0%	15,8%	15,8%	17,0%	17,5%
Gasto direto	12,6%	12,4%	12,8%	13,4%	13,6%	13,6%	13,3%	14,4%	14,0%	14,0%	14,5%	14,6%	15,2%	15,7%
Gasto tributário	0,3%	0,2%	0,4%	0,5%	0,6%	0,7%	0,7%	1,1%	1,0%	1,0%	1,3%	1,3%	1,8%	1,8%

Fonte: Tesouro Nacional (2016)

Na tabela 1, percebe-se o aumento do gasto social do Governo Central brasileiro em relação ao PIB entre os anos de 2002 e 2015, considerando todas as categorias de natureza social. Para cada categoria social, encontra-se separadamente a evolução do gasto direto⁵ e do gasto tributário – entendendo gasto tributário como um gasto indireto, pois representa o montante de receita tributária que o governo abre mão, o que gera redução da carga tributária, o qual representa o mesmo efeito das despesas públicas (HENRIQUES, 2009)

Os gastos sociais apresentaram aumento no período compreendido entre 2002 – 2015, sendo o gasto direto mais representativo na composição dos gastos, porém o gasto tributário apresentou crescimento expressivo.

Os gastos com assistência social em relação ao PIB triplicaram, revelando a importância dada ao combate à pobreza absoluta, sendo as políticas de transferência de renda ferramentas usadas nessa perspectiva. Outra categoria que apresentou aumento importante foi o saneamento básico e habitação, entretanto permaneceu pouco representativo partindo de 0,1% do PIB para 0,5%.

O trabalho e emprego também apresentou aumento expressivo, sendo a desoneração da folha de salário fator importante para explicar o aumento dos gastos tributários desta categoria, que, do lado do gasto direto, pode ser explicado principalmente pelo aumento da despesa com seguro desemprego.

⁵ O Tesouro Nacional (2016) considera o gasto direto como sendo o gasto social executado diretamente pelo Governo Central, considerando também as transferências realizadas para os governos estaduais e municipais direcionadas a gastos sociais.

As demais categorias apresentaram baixo crescimento, com exceção da organização agrária, que não aumentou seu patamar de participação do PIB no ano de 2015, apesar de apresentar variações ao longo dos anos.

A previdência social, apesar de não apresentar um aumento expressivo, é a categoria que mais despende recurso público estando em patamar bastante elevado relativamente às demais categorias sociais.

Silveira et al (2011), apontou que o gasto social, nos últimos anos, tornou-se mais progressivo, por isso é considerado uma ferramenta importante no combate à desigualdade social.

Higgins e Pereira (2014), por sua vez, identificou que o Brasil apresenta elevada taxação e altos gastos, porém baixa redução de desigualdade relativa aos gastos. Segundo eles, mais de 70% dos benefícios decorrentes de transferência direta são para os não pobres (HIGGINS; PEREIRA, p. 359, 2014). Nesta perspectiva, os autores apontaram que os programas bem direcionados aos mais pobres fazem parte de uma pequena parcela dos gastos sociais, sendo o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada exemplos disto.

5.2. GASTO TRIBUTÁRIO NO BRASIL

A Receita Federal do Brasil - RFB (2017) mensurou as renúncias fiscais (gastos tributários) pelo método da perda de arrecadação, baseando-se na simulação da tributação esperada caso não houvesse a desoneração. Neste exercício, foi estimado o valor de R\$ 283,45 bilhões de gastos tributários para o ano de 2018, o que representa 3,97% do Produto Interno Bruto (PIB). Deste valor total, há uma concentração de 78,30% em apenas cinco das vinte funções orçamentárias: Comércio e Serviço com 28,49%; Trabalho com 15,31%; Saúde com 13,77%; Indústria com 11,26% e Agricultura com 9,47%. Enquanto, a Assistência Social representa 4,99% do total dos gastos tributários, o que evidencia que o Estado pode estar promovendo a concentração de renda, neste aspecto.

O gasto tributário representa afinal o montante de receita monetária de que o governo abre mão, ou seja, é o total de dinheiro que deixa de entrar nos cofres

públicos (SCAFF,2019). Sabe-se que a tributação é uma importante fonte de renda do governo; e que através do total de sua receita o governo promove suas políticas de bem-estar social; de acordo com a estimativa da Receita Federal (2017) o gasto tributário para o ano de 2018 equivale 20,7% da receita por ela administrada.

Para o contribuinte é atrativo receber renúncia fiscal, como aponta Scaff (2019), pois a renúncia é percebida como um alívio no montante de incidência tributária. Em contrapartida, a distribuição das renúncias é realizada de forma desproporcional entre as funções orçamentárias e os critérios não foram apresentados neste documento, como pode ser verificado no quadro V da RFB (2017) apresentado abaixo.

Tabela 2 - Gastos tributários – projeções PLOA 2018 consolidação por função orçamentária

UNIDADE: R\$ 1,00		
FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR	%
Comércio e Serviço	80.760.435.573	28,49%
Trabalho	43.390.065.284	15,31%
Saúde	39.024.430.643	13,77%
Indústria	31.927.247.635	11,26%
Agricultura	26.848.974.019	9,47%
Assistência Social	14.134.279.541	4,99%
Educação	13.189.843.726	4,65%
Habitação	10.728.942.263	3,79%
Ciência e Tecnologia	10.207.324.015	3,60%
Transporte	5.004.474.552	1,77%
Energia	4.002.080.886	1,41%
Cultura	1.765.138.205	0,62%
Direitos da Cidadania	1.541.229.025	0,54%
Desporto e Lazer	501.033.672	0,18%
Administração	299.239.830	0,11%
Defesa Nacional	72.110.718	0,03%
Organização Agrária	43.730.193	0,02%
Comunicações	2.146.971	0,00%
Saneamento	2.141.321	0,00%
Gestão Ambiental	1.861.305	0,00%
TOTAL	283.446.729.378	100%

FONTE: BRASIL, RECEITA FEDERAL. Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (Gastos Tributários) –PLOA 2018. Brasília: Secretaria da Receita Federal do Brasil, 2017

O quadro expõe a projeção do valor em reais dos gastos tributários para o ano de 2018 cada função orçamentária, bem como sua proporção do total,

ordenados de forma decrescente. Torna-se mais simplificada a visualização da distribuição desproporcional dos gastos tributários. De acordo com os dados do Portal Transparência, o total de receita pública arrecadado em 2018 foi R\$ 2,94 trilhões. Com essa informação, um exercício matemático simples, chega-se à conclusão que o total de gastos tributários representa 9,64% da receita pública, um valor expressivo.

5.3. INCIDÊNCIA FISCAL

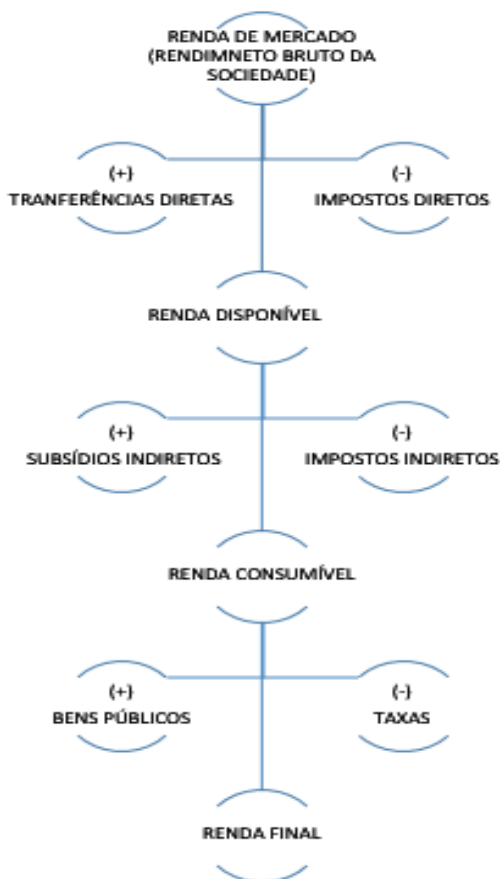
A análise da Incidência Tributária é um instrumento para medir quem são os beneficiários e os prejudicados com a prática fiscal estabelecida pelo governo. Ou seja, identifica quem arca com ônus tributário e que recebe benefício dos gastos públicos, através do comparativo dos rendimentos antes e depois dos impostos e transferências (LUSTIG,2018).

Para tanto, a análise de Incidência Tributária utiliza diferentes concepções de renda para identificar o impacto do setor público sobre as diferentes rendas de cada estrato social, o que será discutido a seguir.

5.3.1. INCIDÊNCIA FISCAL NA METODOLOGIA CEq

O *Commitment to Equity Handbook* (Manual do Compromisso com Equidade) discute o impacto do setor público levando em consideração a ação do governo sobre a renda da população tendo como referência diferentes percepções de renda. Lustig (2018) demonstrou em diagrama os diferentes conceitos de renda, partindo da renda de mercado à renda final, considerando as aposentadorias e pensões como renda deferida, apresentada de forma simplificada em seguida.

Figura 3. Diferentes concepções de renda utilizadas na metodologia CEq



FONTE: LUSTIG, Nora. Commitment to Equity Handbook. Estimating the Impact of Fiscal Policy on Inequality and Poverty. Tulane University, Department of Economics, (2018)

A renda de mercado envolve todos os rendimentos incluindo pensões e aposentadorias; ao adicionar a ela as transferências diretas e reduzir os impostos diretos como também a contribuição com a seguridade social, resulta na renda disponível; ao adicionar os subsídios indiretos e reduzir os impostos indiretos, resulta na renda consumível ou renda pós-fiscal; e a renda final é resultado da renda consumível adicionado os benefícios dos bens/serviços públicos e reduzido as taxas de aquisição desses bens/serviços.

Ao realizar a análise abrangente da incidência fiscal, considerando o lado da receita e dos gastos simultaneamente. Lustig (2018) considera os dados de 2009 e

conclui que o total de arrecadação tributária corresponde a 36,9% do PIB do Brasil, sendo formado por 14,5% de impostos indiretos, 9,5% de impostos diretos, 8,4% da contribuição da seguridade social e 4,5% de outras receitas. Do lado dos gastos, o total de gasto primário é referente a 39,5% do PIB, constituído de 16,6% de gastos sociais, 8,7% gastos com pensões e 0,1% de gastos não sociais, entre outras modalidades de gastos não especificadas

Nesta abordagem, é possível mensurar o déficit primário⁶ brasileiro, evidenciando o excesso de gasto do governo. O aspecto relevante nesse cenário é a eficiência dos gastos referente a distribuição de renda.

Segregando a população em 10 faixas, ou seja, 10 decis, Lustig (2018) permite realizar algumas inferências sobre o impacto do setor público sobre a distribuição de renda. Como pode ser visto na tabela 3

Tabela 3 - Incidência tributária por decil de renda

Decil	Impostos diretos	Contribuição **	Transferência direta*	Pensão contributiva	Renda disponível	Impostos indiretos	Subsídios	Renda consumível	Educação	Saúde	Renda final
1	-0,5%	-0,7%	79,4%	6,2%	78,2%	-21,0%	1,7%	58,8%	192%	68,4%	319,2%
2	-0,8%	-1,7%	28,4%	9,4%	25,9%	-15,0%	0,7%	11,6%	75,1%	31,8%	118,4%
3	-1,1%	-2,3%	15,8%	11,5%	12,5%	-13,5%	0,4%	-0,6%	47,2%	21,9%	68,5%
4	-1,0%	-2,8%	11,1%	12,3%	7,2%	-13,2%	0,2%	-5,7%	33,5%	16,2%	44,1%
5	-1,3%	-3,0%	9,9%	12,1%	5,7%	-13,2%	0,2%	-7,4%	23,1%	12,0%	27,7%
6	-1,5%	-3,3%	6,8%	13,9%	2,0%	-13,0%	0,1%	-10,9%	17,2%	9,3%	15,6%
7	-1,5%	-3,3%	5,3%	14,5%	0,6%	-12,8%	0,1%	-12,2%	11,9%	6,7%	6,4%
8	-1,9%	-3,9%	4,4%	12,7%	-1,4%	-12,6%	0,0%	-14,0%	8,0%	4,1%	-1,9%
9	-2,7%	-4,3%	2,9%	13,0%	-4,0%	-12,7%	0,0%	-16,7%	4,5%	1,8%	-10,3%
10	-7,0%	-4,7%	2,1%	13,9%	-9,6%	-12,6%	0,0%	-22,2%	1,4%	0,4%	-20,5%

FONTE: LUSTIG, Nora. Commitment to Equity Handbook. Estimating the Impact of Fiscal Policy on Inequality and Poverty. Tulane University, Department of Economics(2018)

NOTA: * Sem considerar pensão contributiva

** Contribuição – recurso destinado a Seguridade Social, que não são destinados à pensão

Na tabela 3, verifica-se que os impostos indiretos têm aspecto regressivo sendo o ônus tributário arcado pelos mais pobres, enquanto os impostos diretos apresentam impacto progressivo. Uma vez que a parcela referente a impostos

⁶ Entende-se por déficit primário a diferença entre o investimento público e a poupança do governo em conta corrente (LOPES; VASCONCELOS, 2008)

indiretos é maior que imposto direto, conclui-se que a carga tributária é mais severa para os mais pobres.

As contribuições com a seguridade social, por sua vez, são menores que o benefício da pensão contributiva para todos os estratos sociais, porém os estratos mais pobres contribuem relativamente menos que os estratos mais ricos.

Como resultado da atuação do setor público nesta abordagem, a renda final em relação a renda de mercado dos decis mais baixos apresenta aumento, enquanto que os dois decis de renda mais alta apresentam redução. Entretanto, esse aspecto não é suficiente para afirmar que o setor público é eficiente na redistribuição de renda, pois essa abordagem divide a população em dez faixas de renda.

Em outra perspectiva, quando a análise é baseada apenas nas classes mais baixas de renda, conclui-se que o setor público interfere de forma negativa, o que pode ser visto na tabela 4.

Tabela 4. Índice de Gini e quantidade de pessoas em cada concepção de renda

	Renda mercado	de	Renda disponível	Renda consumível	Renda final
Índice de Gini	0,579		0,544	0,546	0,439
Taxa de pessoa (%)					
US\$1,25 PPP/dia(%)	5,8		2,7	4,4	ND
US\$2,5 PPP/dia(%)	15,1		11,2	16,3	ND
US\$4,00 PPP/dia(%)	26,2		23,2	31,0	ND
70 Reais por mês	6,4		3,1	5,2	ND
140 Reais por mês	16,5		12,7	18,2	ND

FONTE: LUSTIG, Nora. Commitment to Equity Handbook. Estimating the Impact of Fiscal Policy on Inequality and Poverty. Tulane University, Department of Economics, (2018)

Considerando o coeficiente que mensura o nível de desigualdade de uma sociedade, há uma redução da desigualdade ao se comparar renda de mercado e a renda final. Entretanto, quando se analisa os diferentes níveis de renda baseado em padrões internacionais e na paridade do poder de compra, observa-se o aumento do número de pessoas nas faixas de pobreza moderada, com renda de US\$4,00 PPP/dia e extrema pobreza, com renda US\$2,5 PPP/dia, o que indica que o setor público apresenta resultado insatisfatório na distribuição de renda, nas faixas de renda mais baixas.

Apesar de esta metodologia apresentar como premissa central que tributos e gastos não devem ser analisados separadamente, ela permite a análise do ônus tributário e do benefício do gasto tributário sobre diferentes grupos sociais; na tabela abaixo, é possível identificar o impacto do setor público sobre diferentes categorias de renda de acordo com a metodologia CEq

Tabela 5. Incidência tributária por categoria de renda

Categoria de renda	População	Taxa direta	Contribuição**	Transferência direta*	Pensão contributiva	Renda disponível	Taxa indireta	Subsídio indireto	Renda consumível	Educação	Saúde	Renda final
y < 1.25	6,5%	-0,5%	-0,5%	112,0 %	3,6%	111,0%	-25,1%	2,2%	88,1%	254,2 %	92,2%	434,5%
1.25 <= y < 2.50	10,3%	-0,8%	-1,3%	36,0%	8,7%	33,9%	-15,8%	0,9%	19,0%	98,3%	37,5%	154,8%
2.50 <= y < 4.00	12,0%	-1,0%	-2,1%	18,0%	11,5%	14,9%	-13,8%	0,5%	1,6%	51,2%	23,4%	76,1%
4.00 <= y < 10.00	33,8%	-1,3%	-3,1%	8,7%	13,2%	4,2%	-13,1%	0,2%	-8,7%	22,2%	11,7%	25,3%
10.00 <= y < 50.00	33,4%	-2,8%	-4,1%	3,5%	13,1%	-3,5%	-12,7%	0,0%	-16,2%	5,5%	2,4%	-8,3%
50.00 <= y	4,1%	-8,6%	-4,8%	1,8%	14,4%	-11,7%	-12,6%	0,0%	-24,2%	0,9%	0,3%	-23,1%
y < 1.25	6,5%	-0,5%	-0,5%	112,0 %	3,6%	111,0%	-25,1%	2,2%	88,1%	254,2 %	92,2%	434,5%

FONTE: LUSTIG, Nora. Commitment to Equity Handbook. Estimating the Impact of Fiscal Policy on Inequality and Poverty. Tulane University, Department of Economics, (2018)

NOTA: * Sem considerar pensão contributiva

** Contribuição – recurso destinado a Seguridade Social, que não são destinados à pensão

A análise detalhada da tabela 5 permite identificar a variação de renda para diferentes categorias diante da atuação do setor público. Estes dados são de bastante relevância, pois apresentam o incremento ou redução da renda para cada

categoria no que se refere a cada ação do governo, sendo possível verificar o impacto do imposto direto, imposto indireto e contribuição, como também, o impacto do subsídio indireto, da saúde e da educação.

A primeira informação extraída da tabela é que mais da metade da população recebe menos de 10 dólares por dia – refletindo o baixo nível de renda do país.

A comparação entre o ônus tributário e os benefícios recebidos pelos gastos públicos, permite inferir que as classes mais baixas obtêm vantagem comparativa em relação às duas categorias de renda mais elevadas. Pois, o efeito final apresenta variação positiva para as categorias mais pobres e negativa para as duas categorias mais ricas. Os serviços de saúde e educação são fundamentais para esse resultado, pois as categorias mais ricas apresentam baixo benefício, enquanto que os mais pobres são altamente beneficiados. A categoria de renda entre 4,00 e 10,00 dólares por dia, por exemplo, apresenta impacto negativo referente a renda consumível, porém após os benefícios com educação e saúde apresenta impacto positivo na renda final.

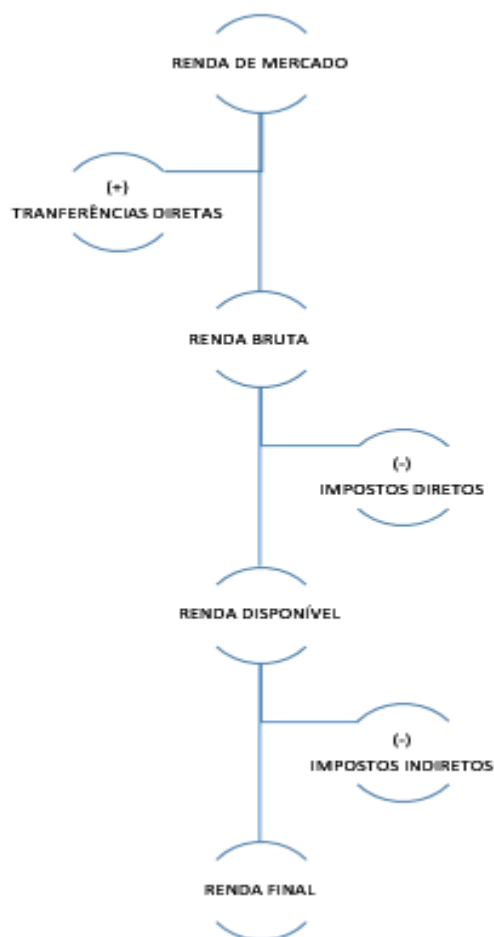
Apesar de a tabela apresentar em alguma medida maior benefício aos mais pobres e ônus final para os mais ricos, esta realidade não reflete em redução da desigualdade de renda de forma expressiva, para o nível de gastos apresentados pelo governo brasileiro

5.3.2. INCIDÊNCIA FISCAL VIA MICROSSIMULAÇÃO

O Ministério da Fazenda (2017) publicou um estudo em que analisou a incidência tributária brasileira; concluindo que a expansão dos gastos e do déficit público não reduziram a desigualdade.

Para a análise da incidência tributária o Ministério da Fazenda (2017) decompôs os efeitos do setor público sobre diferentes concepções de renda. Sendo assim, considerou a renda bruta como a renda de mercado mais transferências diretas, a renda disponível como resultado da renda bruta menos impostos diretos, e a renda final resultado da renda disponível reduzida do imposto indireto, sem considerar os benefícios tributários, como pode ser visto na figura 4

Figura 4. Diferentes concepções de renda utilizadas na metodologia via microsimulação

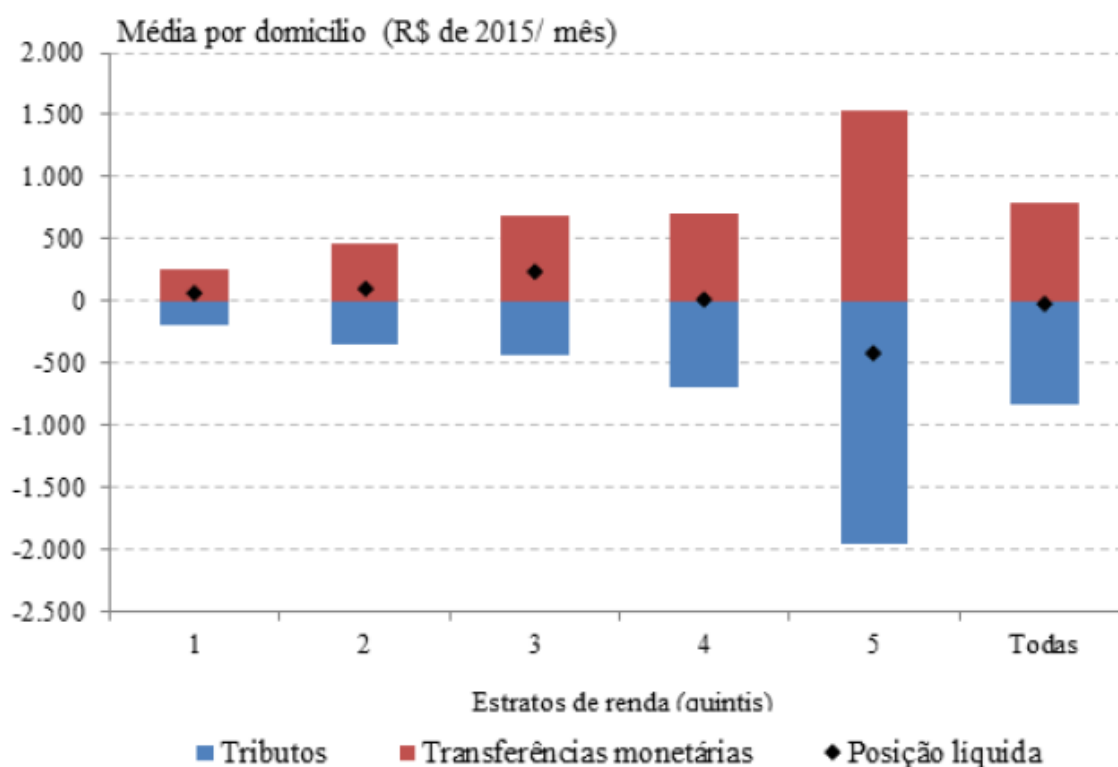


FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA (2017)

O referido estudo seguindo a mesma linha de Lustig (2018) considerou em sua análise os lados da receita e do gasto público. Do lado dos gastos, analisou as transferências monetárias e, do lado das receitas, considerou na análise os impostos diretos e indiretos.

Estratificando a sociedade em 5 faixas de renda, o estudo Ministério da Fazenda (2017) demonstrou o efeito líquido da atuação do setor público considerando o sistema de tributos e as transferências monetárias sobre cada classe de renda, apresentado na figura 4.

Figura 5. Efeitos dos tributos e transferências sobre a renda dos domicílios



FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA (2017)

Na figura 5, observa-se para análise de todas as classes de renda o efeito líquido da atuação do setor público não é significativo. Apesar do quintil mais elevado ser o único a apresentar efeito líquido negativo. Destaca-se o volume de transferências monetária destinada ao último quintil, decorrente dos rendimentos de aposentadorias e pensões destinados a essa faixa de renda, o que sinaliza que o Estado brasileiro tem efeito distributivo concentrador de renda, porque os elevados gastos com aposentadorias e pensões são destinados, principalmente, para o quintil de renda mais elevado.

O Índice de Gini calculado no referido estudo do Ministério da Fazenda (2017) apresentou como efeito líquido das transferências e tributos uma redução equivalente a 17%. Logo, a análise de incidência tributária via microsimulação publicado pelo Ministério da Fazenda (2017) concluiu que o Brasil gasta muito de forma ineficiente, pois é pouco distributivo.

6. SÍNTESE DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES

A estrutura política do ciclo orçamentário do Brasil permite a negociação estratégica entre os governantes em prol de seus interesses eleitorais, o que permite que as discussões referentes ao bem-estar social fiquem em segundo plano.

O gasto tributário, por exemplo, é um instrumento econômico utilizado como estratégia política, uma vez que promove a concentração de renda entre um grupo econômico reduzido, sem devida justificativa à sociedade.

Em outra perspectiva, a incidência tributária nos dois cenários aqui apresentados aponta que o governo não é eficiente na distribuição de renda, tomando como referência o montante de arrecadação tributária e os gastos fiscais.

Na abordagem CEq, a interferência do setor público aumenta o número de brasileiros na faixa de pobreza moderada e extrema, o que reflete que ação do governo é prejudicial para essas faixas da população. O imposto indireto representa a maior parcela da arrecadação tributária e recai pesadamente entre os mais pobres. O aumento de renda referente às transferências monetárias, e aos benefícios com bens e serviços público das famílias mais pobres não são suficientes para reduzir a desigualdade de forma efetiva para promoção do bem-estar social adequado ao nível de riqueza da nação brasileira.

Na perspectiva da incidência fiscal via microssimulação, o estudo concluiu que a expansão dos gastos públicos e do déficit público não reduziram a desigualdade, mas atuaram na promoção da concentração de renda, porque os mais beneficiados pelas transferências monetárias são os pertencentes às faixas de renda mais altas – principalmente, quando a análise é referente a aposentadoria.

O estudo da incidência tributária no Brasil apresenta o elevado volume de gastos sociais, porém a redistribuição de renda não eficiente. O coeficiente de Gini nas duas abordagens aqui discutidas apresentou redução, mas não duas perspectivas é uma redução pouco significativa, tendo em vista, a elevada carga tributária vigente no Brasil.

Os dados analisados neste trabalho evidenciam a necessidade de uma reforma na estrutura dos gastos para melhor distribuição de renda, como também mudança no sistema tributário. O elevado gasto com a previdência concentrado no nível de renda mais alto, como aponta o Ministério da Fazenda (2017) apresenta aspecto regressivo, o que prejudica o investimento em educação e saúde, por exemplo.

Considerando que o fornecimento de serviços de educação e saúde são essenciais para as classes mais pobres da sociedade brasileira, por serem significantes para o resultado positivo do efeito do setor público sobre as rendas mais baixa (LUSTING, 2018), não é aconselhável que os formuladores de políticas públicas tenham inclinação para reduzir investimentos nessas áreas. Mas parece oportuno uma reforma na estrutura regressiva da previdência, como também uma melhor alocação de recursos públicos para uma melhor distribuição de renda e consequente redução significativa do coeficiente de Gini.

REFERÊNCIAS

BAER, Werner. **Economia brasileira**. 2ª edição. São Paulo: Nobel Editora, 2002.

BALAMATSIAS, Pavlos. **Democracy and taxation**. Economics Discussion Papers, 2017.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. Brasil - revisão das despesas públicas, v.1, 2017.

BRASIL. SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Gasto Social do Governo Central 2002 a 2015**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2016. Disponível em:

<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/c4c3d5b6-8791-46fb-b5e9-57a016db24ec>>. Acesso em: 21 abr. 2019

BRASIL. RECEITA FEDERAL. **Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (Gastos Tributários) – PLOA 2018**. Brasília: Secretaria da Receita Federal do Brasil, 2017. Disponível em: <<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/texto-dgt-ploa-2018-arquivo-final-para-publicacao.pdf>>

Acesso em: 20 abr 2019

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia SA, 2018.

GIAMBIAGI, F. ALÉM, MC. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 4º ed. atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, p. 44-45, 2002.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. ver. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

HEINECK, Luis Fernando Mahlmann. Material complementar: Macroeconomia. **Brasília: CAPES**, 2010.

HENRIQUES, Elcio Fiori. **O regime jurídico do gasto tributário no direito brasileiro**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Direito da USP, 2009. 221p

HIGGINS, Sean; PEREIRA, Claudiney. The effects of Brazil's taxation and social spending on the distribution of household income. **Public Finance Review**, v. 42, n. 3, p. 346-367, 2014.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário**. 3ª edição. São Paulo: Atlas 2008

LUSTIG, Nora. **Commitment to equity handbook. estimating the impact of fiscal policy on inequality and poverty**. Tulane University, Department of Economics, 2018.

MATOS, Mateus Bassani de. **Tributação no Brasil do Século XXI: Uma Abordagem Hermeneuticamente Crítica**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2014. 281p

MATTOS, Paulo Todescan Lessa. A formação do estado regulador. **Novos estudos CEBRAP**, n. 76, p. 139-156, nov, 2006.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **O desafio do ajuste fiscal**, 2016.

Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/apresentacoes/arquivos/2016/2016-08-16_apresentacao_mansueto_almeida_cae.pdf/view>> Acesso 29/06/19.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Efeito redistributivo da política fiscal no Brasil**, 2017. Disponível em:

<<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/boletim-de-avaliacao-de-politicas_publicas/arquivos/2017/efeito_redistributivo_12_2017.pdf>> Acesso 29/05/19.

PEREIRA, Orgs Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. HEGEMONIA CAFEEIRA E “REGIME POLÍTICO OLIGÁRQUICO”. **Revista de Sociologia e Política**, n. 06-07, p. 187-199, 1996.

RIANI, Flávio. **Economia Do Setor Público:** Uma Abordagem Introdutória. 5ª edição. Rio de Janeiro: Grupo Gen-LTC, 2009

SILVEIRA, Fernando Gaiger et al. **Equidade fiscal no Brasil:** impactos distributivos da tributação e do gasto social. Brasília: IPEA, 2011

SCAFF, Fernando Facury. Os contribuintes e seus dois maridos: a incidência e a renúncia fiscal. **Consultor jurídico**, n. 22 ja 2019, 2019.

SOUZA, Jessé. **A Tolice da Inteligência Brasileira:** ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário.** 18ª edição atualizada e revisada. Rio de Janeiro: Renovas, 2011. p. 185 – 199.